[Recensão a] FLORES, JORGE (2015). Nas margens do Hindustão. O Estado da Índia e a expansão mogol ca. 1570 – 1640

Autor(es): Santos, João Marinho dos

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/39176>

DOI: DOI:http://dx.doi.org/10.14195/0870-4112_3-2_9

Accessed : 26-Apr-2023 14:59:40

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

BIBLOS

Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2
MAR

NÚMERO 2, 2016
3.^a SÉRIE

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FLORES, JORGE (2015).

Nas margens do Hindustão. O Estado da Índia e a expansão mogol ca. 1570 – 1640.

Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 566 p.

Formalmente bem escrito e de mensagem clara, mas substancialmente complexa, este livro, além do alto valor científico, distingue-se do ponto de vista didáctico, pelas curtas “conclusões” inseridas no final de cada capítulo, pelo “epílogo” ou resumo geral, pelos “apêndices” de glossário, rol de reinos e reinados, bibliografia extensa (existente em arquivos portugueses, europeus e indo-persas), estudos, mapas e índices.

Ou por falta de curiosidade historiográfica dos estudiosos (mesmo dos especialistas da História da Expansão Ultramarina) ou por insuficiência das fontes históricas portuguesas da época, é um facto que a temática central desta obra não é muito conhecida. Com efeito, as fontes clássicas do período falam dos “mogores” e da sua presença em contacto com o “Estado da Índia”, mas não lhes conferem a devida relevância, a avaliarmos pelo que Jorge Flores reconstitui e explica historicamente. Se consultarmos, à laia de balanço historiográfico, o *Glossário Luso-Asiático* de Sebastião Rodolfo Dalgado, encontramos no vol. II (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921: 63-64, o sentido ou sentidos da palavra “mogor” (em vez de mogol). Citamos: “Em três sentidos encontramos o termo empregado pelos nossos escritores antigos: indivíduo do povo da raça mongólica (em rigor, turca), que se estabelece no Indostão; rei deste povo, da dinastia Timur e reino de Deli ou Industão”. E acrescenta Dalgado que os portugueses “tiveram muitas relações políticas com os reis mogores, particularmente com o célebre Akbar, e foram os primeiros que lhes deram o título de Grão-mogol, à semelhança do Grão-turco”. E o que diz Jorge Flores? Tentemos, apenas, abrir o apetite para a leitura.

Segundo ele, “o Mogol” manifestou uma constante ambição de alargamento do seu império, mas debatendo-se, compreensivelmente, com oscilações quanto às prioridades fronteiriças, convindo reter que o exército, as caçadas imperiais e a mobilidade da corte constituíram instrumentos essenciais no seu processo expansionista. Daí o autor prestar particular atenção, quanto à evolução do império, às lógicas geo-políticas inerentes aos movimentos dos imperadores mogóis Akbar (1556-1605), Jahangir (1605-1627) e Shahjahan (1627-1658), consubstanciados na mudança da capital imperial, acto a que, por regra, correspondeu uma alteração das prioridades quanto às fronteiras a defender ou a alargar.

No que concerne às relações entre o império Mogol e o Estado da Índia, Jorge Flores resume-as no “Epílogo: O urso e a baleia” (p. 481). Concretamente, “Os primeiros sinais de preocupação [dos portugueses na Índia] datam dos anos de 1530, quando da intervenção de Humayun no Guzerate. Porém, é o decisivo alargamento do império mogol para sul e em direcção ao mar depois de 1570 que alarma em definitivo os portugueses. [...] O urso mogol, continental, [ficava] face a face com a baleia portuguesa, marítima, ainda que esta se preocupasse muito mais com aquele do que o inverso”. Estratégia defensiva portuguesa, a partir desta altura? Tentar conhecer melhor a fronteira setentrional do império mogol. Porquê? Quanto mais dificuldades os mogóis tivessem de enfrentar ali, mais controlado estaria o seu apetite político a sul. Assim, os movimentos de Otomanos e Safávidas, até aí observados no âmbito de outras prioridades estratégicas, passam a ser ponderados em função das suas relações com os mogóis. No dizer do autor da obra *Nas margens do Hindustão*, os lusos passarão a orientar os seus comportamentos pela discrição, pragmatismo, flexibilidade e ambiguidade.

A visão conjuntural da evolução do império mogol, particularmente nas suas relações com o “Estado da Índia”, é outra componente importante desta excelente obra, que não merece apenas ser lida, mas estudada. Finalizaremos esta breve notícia, informando que a Academia Portuguesa da História decidiu atribuir-lhe, recentemente, o “Prémio Fundação Calouste Gulbenkian”.

JOÃO MARINHO DOS SANTOS

uc3928@fl.uc.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra